



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,27% São Paulo 0,93% Nova York	187.422 183.476 22/923/924/925/9	R\$ 5,181 (- 0,23%)	18/setembro5,144 21/setembro5,108 22/setembro5,102 24/setembro5,193	R\$ 1.621	R\$ 5,906	13,65%	13,66% Abri/20260,67 Mai/20260,58 Junho/20260,16 Julho/20260,07 agosto/2026-0,32

CARESTIA

IPCA-15 de setembro salta 0,70% após a queda de 0,40% de agosto, em grande parte, devido ao fim do Bônus de Itaipu e da disparada de preços de passagens aéreas e do tomate. Com isso, analistas voltam a elevar as projeções do indicador oficial de carestia deste ano

Prévia da inflação vem acima do esperado

» ROSANA HESSEL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, ontem, a prévia da inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15). O indicador acelerou para 0,70% em setembro frente à queda de 0,40% de agosto, após o fim do Bônus de Itaipu nas tarifas de energia e a retomada da inflação de alimentos.

O resultado revelou uma aceleração do custo de vida em todos os nove grupos pesquisados, com destaque para os altos preços no mês de 7,4% na energia elétrica residencial, de 14% no cigarro, de 9,8% nas passagens aéreas e de 20,8% no tomate.

De acordo com analistas, o salto de 0,70% no IPCA-15 de setembro ficou ainda acima das estimativas do mercado, cujas medianas variaram entre 0,53% e 0,55%, com máximas de 0,66%. No acumulado do ano, o IPCA-15 registrou alta de 3,82%, e, nos 12 meses até setembro, a alta ficou em 4,47%.

Após a surpresa nos dados da prévia da inflação de setembro, economistas voltaram para as planilhas e seguem revisando para cima as projeções para o IPCA deste ano. Alguns deles já voltaram a prever a inflação acima do teto da meta, de 4,50% no indicador deste mês fechado. É o caso de Fabio Romão, economista da consultoria 4 Intelligence, que previa alta de 0,46% no IPCA-15 deste ano, e elevou de 5,1% para 5,2% a previsão para a inflação oficial acumulada de 2026, mas com viés de alta. Pelas estimativas dele, o IPCA de setembro deverá acelerar para 0,80% e registrar alta acumulada em 12 meses de 4,56%, acima dos 4,22% registrados no mesmo intervalo até agosto.

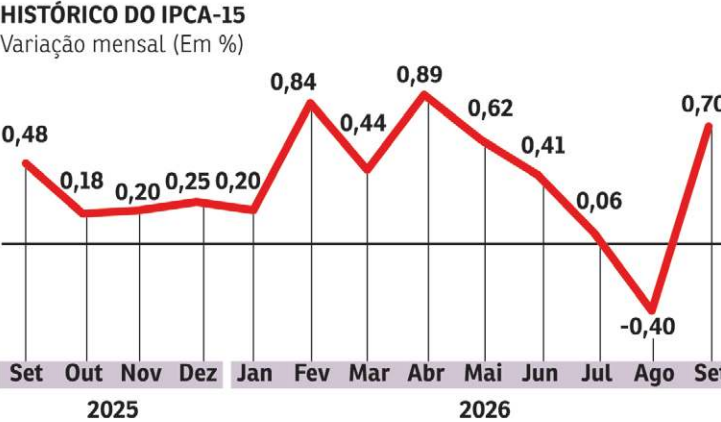
“A nova taxa anual para o IPCA vai superar a de 2025, pois os efeitos vindouros da ocorrência do fenômeno climático El Niño, o recrutamento das incertezas ligadas ao conflito no Oriente Médio e as pressões na precificação na cadeia de bens e serviços, ainda poderão ser vistas”, afirmou Romão.

O economista-chefe da G5 Partners, Luis Otávio Leal, resumiu o dado do IPCA-15 de setembro como “um balde de água no otimismo com a inflação” e informou que prevê alta de 0,65% no IPCA de setembro. “Já era esperada uma aceleração bem razoável do IPCA-15, entre agosto e setembro, por conta da reversão do Bônus de Itaipu, que fez que com que o item ‘energia elétrica’ passasse de uma deflação de 6,25% para uma inflação de 7,42%, o que, sozinho, respondeu por 0,54 ponto percentual da aceleração do índice geral entre um mês e outro”, explicou Leal. Ele lembrou que outros grupos apresentaram uma mudança de direção inesperada, como o caso dos transportes, que saíram de uma variação negativa de 1% para alta de 0,60%, acelerando o índice geral em 0,32 ponto percentual. Nesse caso, dois itens foram responsáveis por praticamente toda a surpresa: a passagem aérea, que passou de uma deflação de 13,30% para uma inflação de 9,82%, entre agosto e setembro; e a gasolina, que passou de uma queda de 1,23% para alta de 0,30%, no mesmo intervalo, “respondendo, juntos, para 0,26 ponto percentual na aceleração do índice geral”. Por fim, Leal destacou como a “cereja do bolo” a inflação do “tomate” que variou de uma queda de 27,38% para uma alta de 20,76%, entre agosto e setembro.

“O IPCA-15 de setembro parece ter encerrado o período de bonança da inflação brasileira, que começou com as surpresas para baixo de junho e julho e se consolidou com a deflação de agosto. A partir de agora, teremos um período perigoso para a inflação, quando os preços dos alimentos deverão começar a pressionar a inflação”, alertou Leal. Ele também elevou de 5,1% para 5,2% a previsão para o IPCA deste ano. Além disso, disse que mantém a previsão para a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% até o fim do ano e não acredita que o Banco Central deverá realizar mais cortes nos juros nas duas últimas reuniões do ano do Comitê de Política Monetária (Copom) após as eleições.

Custo mais alto

O IPCA-15, conhecido como prévia da inflação oficial, acelera em setembro com elevação de 0,70% no mês, acima do esperado pelo mercado, e acumula alta de 4,47% em 12 meses



GRUPOS COM MAIORES ALTAS EM SETEMBRO ENTRE OS NOVE PESQUISADOS

Grupo	Variação mensal (Em %)	Impacto no índice (em ponto percentual)
Habitação	2,07	0,31
Despesas pessoais	0,96	0,10
Transportes	0,60	0,12
Alimentação e bebidas	0,40	0,09



Fonte: IBGE

Na contramão, o economista André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), contou que manteve em 4,9% a projeção para o IPCA deste ano, apesar da surpresa da prévia de setembro, mas admitiu maiores riscos inflacionários no último trimestre de 2026. “Minha avaliação é de maior risco de alta dos alimentos, com movimentos diferentes entre os produtos. A sazonalidade menos

favorável e os riscos climáticos associados ao El Niño podem dificultar a recuperação da oferta. Esse risco já aparecia nas análises econômicas antes do resultado de setembro, mas sua intensidade ainda dependerá do comportamento do clima nas regiões produtoras”, afirmou.

Para Júlio Barros, economista do Daycoval, após a surpresa nos dados do IPCA-15 de setembro, o Copom deverá manter a taxa Selic em 13,75% na próxima reunião do

Copom, em novembro. “No âmbito geral, a prévia da inflação de setembro mostra um resultado desafiador para o Banco Central por conta dos eventos temporários que beneficiaram a inflação recentemente para baixo, agora vem pro lado altista da inflação, contribuindo para a pressão altista, e o núcleo da inflação, que embora tenha vindo em linha com o que a gente esperava, ainda segue num patamar desafiador alto e se eleva ali na variação interanual”, destacou.

Acima da média

Em Brasília, o IPCA-15 registrou alta de 0,76% em setembro. O resultado do mês ficou 0,39 ponto percentual acima do índice calculado no mesmo período de 2025, que foi de 0,37%. Com isso, o IPCA-15 na capital federal acumula alta de 3,80% no ano e de 4,74% em 12 meses.

O grupo de transportes foi o que mais contribuiu para o avanço do índice em Brasília, com uma variação de 1,39%. O resultado foi diretamente influenciado pelas altas nos preços da gasolina (3,20%), passagem aérea (6,27%) e transporte por aplicativo (5,86%).

Em contrapartida, alguns itens do mesmo grupo registraram queda, como o seguro voluntário de veículo (-2,69%) e o automóvel usado (-1,65%). O maior impacto individual no índice do mês, contudo, veio da energia elétrica residencial, que subiu 8,78%. A alta acontece após o fim do Bônus de Itaipu, que havia sido creditado nas faturas do mês anterior. A bandeira tarifária amarela continua vigente.

No grupo de alimentação e bebidas, as maiores contribuições vieram do tomate (24,77%) e do limão (48,63%). Também registraram aumento os preços da alcatra (4,75%) e da banana-prata (5,63%). Entre as quedas, destacam-se o café moído (-5,22%), a melancia (-14,5%) e o feijão-carioca (-7,80%).

(Colaborou Pedro José Borges)

Bandeira verde de volta

As contas de luz voltarão em outubro à bandeira verde, sem cobrança de tarifas adicionais, informou, ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A bandeira tarifária voltará a vigorar após cinco meses de bandeira amarela, que tem custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos.

Segundo a Aneel, o retorno da bandeira verde se deve ao aumento no volume de chuvas, em especial nas regiões Sul e Sudeste, o que estabiliza o armazenamento nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Agência reguladora explica que, por esse motivo, será possível reduzir o uso de fontes de energia mais caras, como as usinas termelétricas, à base de combustíveis.

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indicam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimo a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. (Agência Brasil)

Como funciona

- » Verde: nenhum acréscimo
- » Amarela: acréscimo de R\$ 1,88 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos
- » Vermelha, patamar 1: acréscimo de R\$ 4,46 para 100 quilowatt-hora kWh consumidos
- » Bandeira vermelha, patamar 2: acréscimo de R\$ 7,87 para cada 100 quilowatt-hora kWh consumidos

Quando o preço do diesel sobe, o custo de geração das termelétricas também aumenta

armazenar energia. “Além de poluir mais, precisamos ter uma outra opção”, afirma.

Preços

A discussão ganhou força depois de o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmar, nesta semana, que o governo avalia a possibilidade de restringir parcial ou totalmente as exportações de diesel. Segundo ele, nenhuma decisão havia sido tomada e a medida dependeria, entre outros fatores, da capacidade de refino americana.

O movimento ocorre em meio à disparada dos preços dos combustíveis nos Estados Unidos, em um cenário de tensão no Oriente Médio. Nesta semana, o preço médio nacional do diesel chegou a US\$ 6,53 por galão, segundo a AAA, quase US\$ 3 acima do registrado um ano antes. Na Califórnia, o valor ultrapassou US\$ 8,40 por galão.

Restrição ao diesel dos EUA acende alerta no Brasil

» RAFAELA GONÇALVES

A possibilidade de os Estados Unidos restringirem a exportação de diesel acendeu um alerta no setor elétrico brasileiro. Anunciada pelo governo americano na terça-feira, a medida ainda está em avaliação, mas já levanta preocupações sobre os efeitos de um eventual aperto na oferta internacional de combustíveis e de uma alta dos preços sobre a geração de energia no Brasil.

O impacto, caso ocorra, não seria necessariamente direto. O mecanismo passa pela dependência brasileira de combustíveis fósseis e pela exposição das termelétricas às oscilações do mercado internacional. Segundo o Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel), cerca de um quarto do diesel consumido no país é importado. Um dos canais de transmissão está nas usinas termelétricas que utilizam diesel. Em períodos de menor disponibilidade

das hidrelétricas, especialmente durante secas, essas unidades podem ser acionadas para complementar a geração do sistema. Nesse cenário, uma eventual alta do combustível eleva o custo de operação das usinas.

“Esse efeito não é automático. Uma restrição americana poderia reduzir a disponibilidade de diesel no mercado internacional e pressionar os preços pagos pelo Brasil, que importa parte do combustível que consome. Se o diesel utilizado pelas termelétricas ficar mais caro, o custo de produzir eletricidade nessas usinas também poderá aumentar”, explica o presidente do Inel, Heber Galarce.

A repercussão sobre a conta de luz não é imediata. O custo adicional de geração pode chegar às tarifas de acordo com as condições de operação do sistema e as regras do setor. Da mesma forma, uma alta do diesel não altera diretamente a bandeira tarifária, cuja definição cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo Galarce, o Brasil tem alternativas ao diesel caso haja uma redução da oferta internacional, mas há prazos e limites. “Para o abastecimento, o país pode buscar novos fornecedores e ampliar a produção das refinarias com capacidade disponível, mas essas medidas não evitam uma eventual alta internacional de preços. O biodiesel também reduz a dependência do diesel fóssil, dentro dos limites técnicos”, diz. “Na geração elétrica, a expansão de fontes renováveis com baterias pode reduzir o uso de diesel, mas exige planejamento e investimentos”, complementa.

Gás natural

Há ainda um segundo caminho, menos direto. Uma eventual redução da oferta de diesel no mercado internacional poderia estimular a substituição do combustível por outras fontes onde

Reprodução/Freepik



houver viabilidade técnica e econômica. Entre elas está o gás natural liquefeito (GNL).

Uma demanda maior pelo combustível poderia pressionar os preços internacionais do gás e, por consequência, aumentar o custo de operação de termelétricas brasileiras movidas a gás natural.

O episódio expõe, assim, uma vulnerabilidade que vai além da

dependência brasileira de um combustível específico. Choques no mercado global de energia podem se espalhar por diferentes cadeias e alcançar a geração elétrica mesmo quando o país possui uma matriz majoritariamente renovável.

Para Galarce, a redução da exposição a combustíveis fósseis passa pela ampliação de fontes renováveis e pela capacidade de